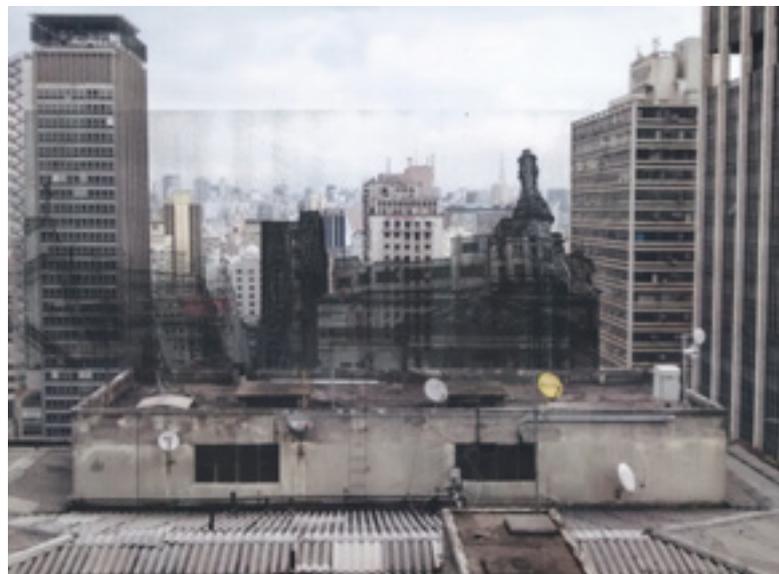
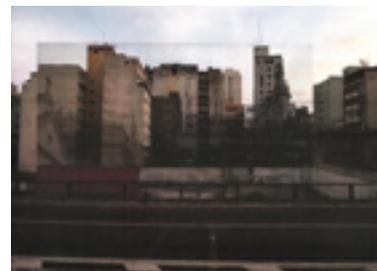


Mestre em Meios e Processos  
Audiovisuais, Universidade de São  
Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil.

VIVIAN JAVIERA CASTRO VILLARROEL

## SÃO PAULO ICONOGRAFIAS TRANSITÓRIAS. ANOTAÇÕES DE CAMPO

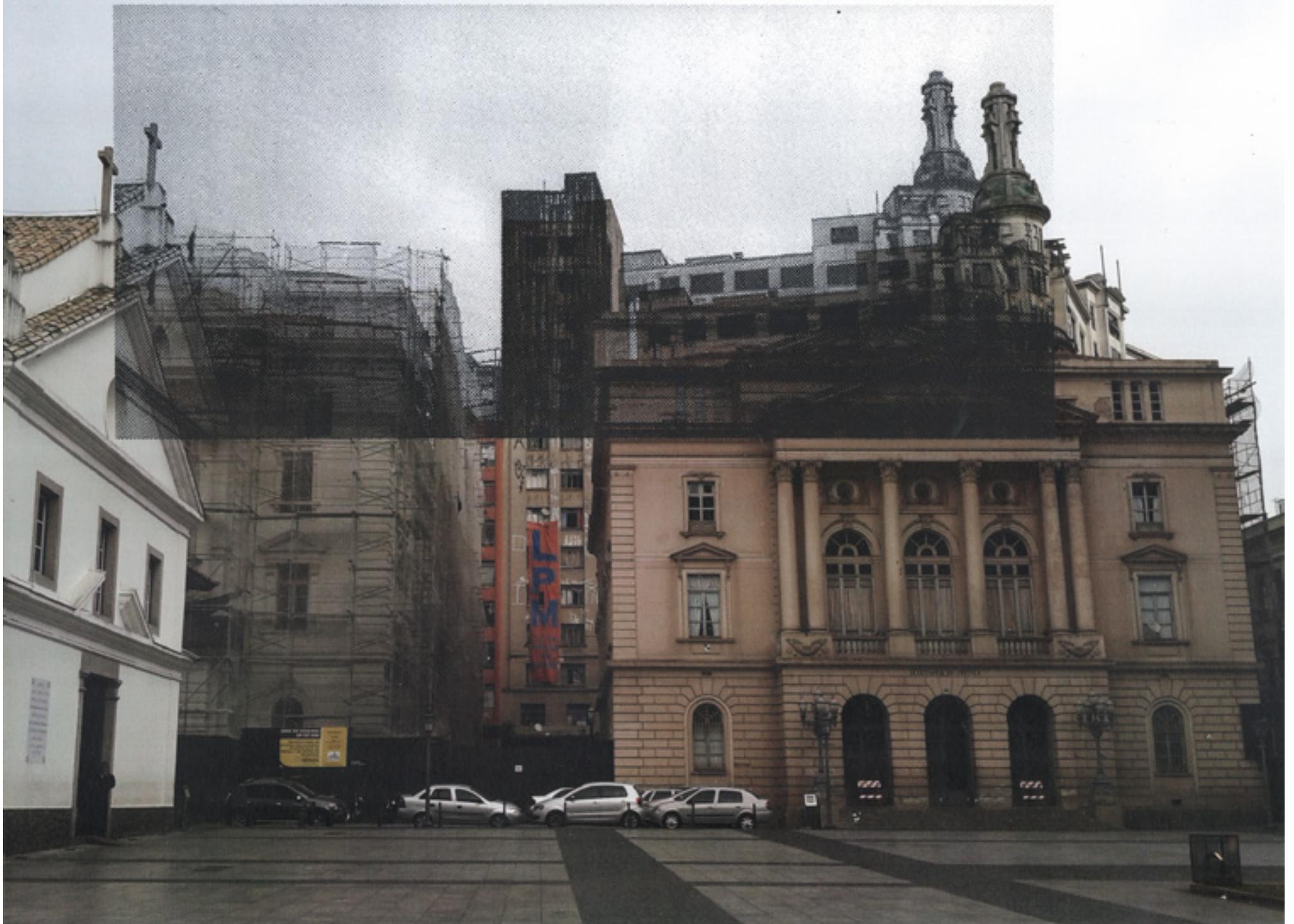


















msia  
no: 12

Ocupado

SAIU PARA  
O TRABALHO. →

4 pessoas  
familia  
JAMI













VIVIAN JAVIERA CASTRO VILLARROEL

# SÃO PAULO ICONOGRAFIAS TRANSITÓRIAS. ANOTAÇÕES DE CAMPO

## ANOTAÇÕES DE CAMPO

### PRIMEIROS RASCUNHOS

Antes de viajar, alguém me falou que, em 2014, eu teria a oportunidade de conhecer o melhor e o pior do Brasil. A Copa do Mundo, sobre a qual havia muita expectativa no assim chamado “país do futebol”, vinha provocando diversas críticas e manifestações pelos gastos excessivos e injustificados em estádios, pela expulsão de moradores e pelo aumento da violência policial. No final do ano, ocorreriam eleições presidenciais, com um panorama político complexo por causa do evidente mal-estar social que havia se manifestado em junho de 2013. Parte desse mal-estar relacionava-se fortemente com os problemas urbanos das grandes cidades e com a contraposição entre o discurso ufanista do “Brasil Grande” e a experiência cotidiana das pessoas nos apertos dos ônibus, nos metrô e no orçamento cotidiano.

Por coincidência, acabei indo morar no centro de São Paulo, uma das zonas da cidade em que esses contrastes eram mais evidentes na convivência dos preparativos para o Mundial, com as ocupações urbanas. Além disso, é um espaço onde confluem as narrativas arquitetônicas sobre o passado e o futuro da cidade, onde o moderno dos arranha-céus se encontra com o “estilo colonial inventado” de seus prédios históricos.

Parti, então, dos lugares históricos da cidade de São Paulo, como o Pátio do Colégio, Largo São Bento, Praça da Sé, Praça do Correio, Viaduto do Chá e Praça da República. Esses percursos não tinham itinerário marcado e me interessavam por dois motivos: uma espécie de “memória inventada” para gerar sentido e identidade, um relato histórico elaborado para dar conta do crescimento desmesurado da cidade a partir do século XIX e como, nessa paisagem urbana e histórica, havia algo que transbordava a sua visualidade nas marcas e bandeiras dos prédios ocupados por diversos movimentos sociais.

Exemplo disso foi uma fotografia que registrei do núcleo simbólico e fundacional da cidade: o Pátio do Colégio, uma construção jesuítica datada do século XVI, mas que, na segunda metade do século XVIII, funcionou também como Palácio de Governo. Logo em seguida, na segunda metade do século XX, reconstruíram-no totalmente, para as celebrações do IV Centenário da cidade. Curioso é pensar que essa recriação do passado, por meio da reconstrução do Pátio do Colégio tal como em seus primórdios, essa “volta à origem”, constituiu-se como mito imagético fundacional, pois o modelo foi uma imagem nostálgica do passado em meio às fortes transformações urbanas dos anos 1950 (Ferraz de Lima 2003). Um lugar simbólico que se contrapõe a todo o resto para dizer: “Começo aqui!”.

Perto desse monumento histórico, encontrava-se uma das ocupações pelas quais me interessei: um edifício pertencente à Caixa Econômica Federal, abandonado há oito anos e ocupado desde abril de 2014 pelo movimento Luta Popular por Moradia. Em um plano mais próximo, era possível ver também um fragmento do restauro da fachada da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. Analisar, em imagem, essas diversas camadas de significado foi uma das primeiras estratégias que utilizei, para depois intervir visualmente nas fotografias.

## AS ESCOLHAS

Os meses de junho e julho de 2014 foram fundamentais para definir os lugares a fotografar e as visualidades que foram tomando importância no projeto: as grafias urbanas como forma de denúncia. Particularmente, chamou-me a atenção a pichação como forma de escrita e denúncia paulistana, uma escrita que, igual a um código, só entendem aqueles que conhecem sua linguagem, demarcando diversos territórios urbanos. Embora a pichação já tenha ingressado e circulado em território artístico (por exemplo, a 28ª e 29ª Bienal de São Paulo), ainda mantém seu poder de denúncia na rua. Basta mencionar a morte, ainda não totalmente esclarecida, de dois pichadores pela Polícia Militar em 2014, quando tentavam pichar um prédio no bairro da Mooca.

Ao caminhar diariamente pelo centro da cidade, evidenciaram-se também as transformações ocorridas nos prédios, que foram se transformando nos protagonistas deste trabalho. No final de julho, a fachada da ocupação da Av. Ipiranga mudou: foi pintada de vermelho, de forma a cobrir as pichações que estavam no lugar. Esse fato, além de registro do espaço, significou também uma marca de passagem do tempo.

Outro passeio preferido é o “Minhocão”, particularmente no domingo, quando o fecham para carros, pois é um lugar estratégico na cidade. O “Minhocão”, ou Elevado Presidente Costa e Silva, é um viaduto de quase três quilômetros que permite a ligação entre as zonas leste e oeste da cidade, apresentando visivelmente alguns dos problemas sociais e políticos da cidade. Sua construção se deu em 1972, destruindo grande parte da área urbana central. Recebeu o nome do segundo presidente da ditadura militar (1964-1985) e marcou claramente a opção pelo carro no planejamento da cidade. Estão em discussão alguns planos para transformá-lo em parque, embora essa decisão, caso não tenha adequada regulação por parte do Estado, possa causar um violento processo de gentrificação em toda a área.

Nas caminhadas pelo centro, registrei dezoito das mais de quarenta ocupações urbanas do centro antigo. Cada uma delas me interessava por diferentes questões, seja pela localização geográfica, seja pela arquitetura do edifício ou pelas marcas visíveis do lado de fora. Tudo isso permitia uma leitura de como esse espaço fora capturado numa ideia de poder, pensamento e economia que o viabilizou.

No total, acompanhei, de perto, seis ocupações. A primeira delas é a da Rua Floriano Peixoto, nas proximidades do Pátio do Colégio. A segunda, a do prédio na Rua Conselheiro Nébias, que, além de estar totalmente marcado por pichações, apresentava sinais de ter sido reintegrado e reocupado. A terceira é a ocupação da Av. Rio Branco, em um edifício construído nos anos 1960, com uma arquitetura moderna de vanguarda e que atualmente se encontrava em total estado de deterioração, praticamente uma ruína modernista (Jaguaribe 1994). Ou seja, o fracasso de um projeto arquitetônico moderno que não sobreviveu ao crescimento da cidade, mas também uma metáfora para trabalhar o esgotamento da utopia moderna. O quarto prédio localiza-se na Av. Ipiranga. Nele, tentei acompanhar pontualmente as mudanças visuais de sua fachada. O quinto prédio corresponde à ocupação localizada em frente à Prefeitura, uma forma de pressão política direta sobre o poder municipal. E, por último, a da Rua Mauá, que tem um histórico bem-sucedido e se apresenta como modelo de funcionamento das ocupações. Consegui entrar em duas delas: as da Rua Conselheiro Nébias e da Rua Mauá.

## UM OLHAR DE DENTRO

Em julho, entrei numa ocupação na Rua Pamplona, perto da Av. Paulista, para assistir à palestra da urbanista Raquel Rolnik. Depois de assisti-la, surgiu o interesse em visitar o interior das ocupações, retratando os espaços e também as grafias utilizadas na organização desses lugares.

Entrar nas ocupações significou uma dimensão diferente do projeto fotográfico inicial e um desafio, para mim, como fotógrafa. Queria trabalhar com as marcas desses edifícios desde o interior e registrar as tensões existentes tanto “fora” como “dentro”. Esse “fora-dentro” implicou passar de uma aproximação de rua, de *flâneur*, a uma confrontação daquilo que se converteu em meu objeto de estudo. Entendi, desde o começo, as limitações da minha tarefa: estrangeira há pouco no país, estudante de arte, não militante.

Explicar aos advogados ou lideranças de movimentos de moradia a pertinência ou importância desse trabalho (a partir de um contexto artístico) mostrou-se difícil. Ao menos, o fato de me apresentar como estudante da Universidade de São Paulo me colocou num quadro institucional supostamente “neutro”, para avaliar a pesquisa como memória visual de um momento político crítico no Brasil.

Essas questões me foram colocadas quando entrei em contato com as organizações que davam suporte aos movimentos de moradia e com os próprios militantes. Meu contato foi Benedito Barbosa, mais conhecido por “Dito”, advogado dos movimentos sociais, responsável por me passar as indicações das lideranças de diversas ocupações. Foi desse modo que cheguei aos moradores da Vila Guilherme, que se mostraram interessados no projeto e me convidaram a conhecer o lugar onde moravam. Embora minha pesquisa estivesse centrada em ocupações verticais do centro, esse momento representou a oportunidade de conhecer uma ocupação que funcionava há mais de dez anos.

Vila Guilherme é uma ocupação na antiga fábrica de filtros Salus, na zona norte da cidade. No dia da visita, um domingo depois do almoço, fui recebida por Solange e Marialva, moradoras do Bairro. Planejei pouco essa primeira visita a uma ocupação. Ao me encontrar no terreno, senti que desejava incomodar o menos possível, ficando um pouco nervosa pela atenção gerada, na comunidade, por minha presença e pela minha câmera. Também não consegui acompanhar o relato que Solange fez sobre a história da ocupação. Sabia que as possibilidades de voltar a fazer o registro eram mínimas e aproveitei para registrar algumas fotos, concentrando-me nas marcas estruturais do que havia sido a fábrica de filtros.

Pela mesma via, cheguei à ocupação no Parque Vila Maria, um bairro localizado na zona nordeste da cidade. Fabiana, que era uma das lideranças da ocupação, encontrou-me no ponto de ônibus, e fizemos um percurso por todo o espaço do local. O terreno da Vila Maria, de 50 mil metros quadrados, foi ocupado em outubro de 2013, depois de permanecer abandonado por mais de vinte anos. O terreno, onde agora moram 2.500 famílias, pertence a um grupo de empresas que deve 450 milhões de reais à Fazenda Nacional. Verificando o endereço no Google Maps, tive a impressão de que o lugar era mais longe, mas uma hora e meia de ônibus é uma viagem “normal” em São Paulo.

Embora esse imenso terreno estivesse relativamente há pouco tempo ocupado, o avanço das construções das casas, dos negócios de alimentos, de televisores, lavadoras, era impressionante. Toda uma comunidade construída em um ano de ocupação, até uma igreja. No final da visita, convidaram-me para tomar chá e conversar, na casa de uma vizinha de Fabiana. Um detalhe importante é que, no momento da visita, os moradores haviam recebido o primeiro aviso de despejo.

No final de outubro, entrei na ocupação da Rua Mauá, 340, a partir do contato com Nelson, liderança da ocupação. O prédio, o antigo Hotel Santos Dumont, estava abandonado há dezessete anos e se encontrava ocupado por 237 famílias, desde 2007. No dia da visita, Nelson me recebeu na entrada do prédio e conversamos sobre sua postura crítica em relação ao fim das ocupações.

Ele falou da dificuldade da militância nos movimentos sociais por moradia, pois grande parte das pessoas permaneciam no local só até conseguir um lugar, esquecendo que os objetivos da luta eram também o resgate da cidadania. Também relatou a dificuldade em manter a organização de todos os moradores da ocupação e da presença do tráfico de drogas, mostrando-se preocupado por causa da multiplicação de ocupações no centro e de seus fins ambíguos, em suas relações com os poderes econômicos e políticos.

Depois da conversa, ele fez um percurso pelo prédio, permitindo-me fotografar os diferentes espaços. O ambiente era muito acolhedor e as pessoas se mostravam amáveis e dispostas ao registro fotográfico. Meu olhar esteve centrado nos fragmentos: primeiros planos de escritos sobre as paredes, detalhes de pequenos negócios, corredores, montanhas de bicicletas. Também fotografei muitas janelas, zona limite do “fora-dentro”, do público-privado, um marco que delimita o olhar para a paisagem urbana.

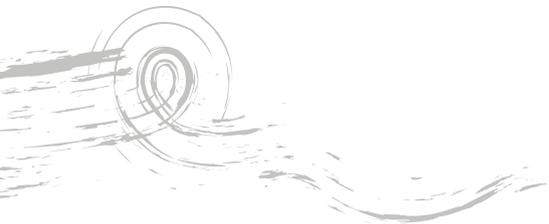
Destaco o único trabalho de retrato realizado com Nelson, já que a maioria das imagens carece de pessoas, embora seja possível ver algumas caminhando desprevenidas. Meus registros, no contexto de uma fotografia

de rua, foram sempre a partir desse momento particular em que “nada acontece”. Ou melhor, quando não se sucedem mais que acontecimentos cotidianos, rotineiros, em espaços que vemos diariamente: o centro da cidade, as praças, as ruas. Decidi deixar o retrato do Nelson porque creio representar uma dimensão do trabalho que implicou em um relacionamento, em uma troca com as pessoas que habitam esses lugares, embora a imagem final se refira mais ao espaço mesmo e a seus signos.

No final de novembro, visitei a ocupação da Rua Conselheiro Nébias, um prédio abandonado há dez anos. O ambiente dessa ocupação mostrou-se mais tenso e a visita foi rápida. Tirei poucas fotos. Esse prédio foi um dos primeiros a me instigar pelo fato de estar totalmente coberto por pichações, e com sinais de ter sido reintegrado e ocupado de novo. Encontra-se próximo à zona conhecida como “Cracolândia”, área do tráfico e viciados em *crack*, o que contribui para gerar, ao redor dele, um clima de tensão. Lili, uma das lideranças da ocupação, recebeu-me em seu apartamento e, com entusiasmo, contou-me a história do prédio. Interessante foi descobrir que Lili também era fotógrafa e tinha um projeto sobre as transformações do prédio onde morava. Conversamos bastante sobre como manter a ética nesse tipo de trabalho e se era possível manter certa distância, estando lá dentro. “A visão do intelectual é uma e a do militante atuante é outra. Sou jornalista que ocupa e vendo minhas fotografias para fora. Eu vivo em uma ocupação e me torno militante” (respondeu-me Lili, em entrevista concedida a mim, em 2014).

Em síntese, o trabalho fotográfico e a experiência nas ocupações suscitaram-me questões de fundo político, ainda que eu não tenha engajamento em qualquer movimento social. Antes de tudo, provocaram-me a pergunta pelo espaço público: as ocupações do centro antigo são edifícios abandonados há pelo menos cinco anos, sendo, em sua maior parte, antigos hotéis. Apesar da Constituição de 1988, que consagrou o caráter social da propriedade, do Estatuto da Cidade de 2001 e da aplicação de Planos Diretores municipais, que permitem penalizar os proprietários de prédios abandonados, os poderes públicos brasileiros continuam favorecendo a especulação urbana (Ferreira 2014).

Ocupar um espaço público, seja nas ruas, seja nas praças ou edifícios, é uma ação política em si mesma. Uma recuperação do espaço público, mesmo que de maneira transitória. Assim, entendo também as pichações. Do mesmo modo, retratá-las não deixa de constituir uma ação política, ainda que delimitada pelo campo da arte. Depois de meio ano pesquisando e desenvolvendo esse trabalho, entendi que o tipo de imagem que conseguia criar estava diretamente relacionado com o compromisso, sempre no limite da obra.



Trocando em miúdos, qual seria o tipo de imagem mais apropriado, quais decisões técnicas, quais formatos e suportes, para esse trabalho? A primeira experimentação plástica foi construir uma imagem que se dá a ler por meio de diversas interferências gráficas na paisagem urbana; contudo, a aproximação deveria ser também documental, além de estética. Nesse sentido, tomou importância o realce da função discursiva e contextual das imagens, tornando-se fundamental a relação imagem-texto. O texto se apresenta como forma de complementar a imagem, afastando-a de uma função meramente exibicionista. Procurei explicar o contexto dessas fotografias, tanto de sua produção como o que elas, segundo minha visão, dizem e simbolizam. “Podemos falar de uma mensagem como uma encarnação de uma tese” (Sekula 1981).

**texto recebido**

15.06.2016

**texto aprovado**

01.09.2016



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ferraz de Lima, Solange. 2003. Pátio do Colégio, Largo do Palácio: *Anais do Museu Paulista*, vol. 6/7, n. 1: 61-82.

Ferreira, João. 2014. Solução automática. O Estado de São Paulo, 20/09/2014. <http://alias.estadao.com.br/noticias/geral,solucao-automatica,1563179> (acessado em 19/09/2016).

Jaguaribe, Beatriz. 1994. Ruínas modernistas. *Lugar Comum*, n. 1: 99-115.

Sekula, Allan. 1981. On the invention of photography meaning. In *Photography in Print: writings from 1816 to present*, ed. Vicki Goldberg, 452-473. Albuquerque: University of New Mexico Press.

## VIVIAN JAVIERA CASTRO VILLARROEL

Artista visual chilena. Vive e trabalha em São Paulo desde 2014. Possui graduação em Artes Visuais, com ênfase em Fotografia, pela Universidad de Chile (2007). É mestre em Meios e Processos Audiovisuais pela Universidade de São Paulo (2016). Participou de estágios de pesquisa na Alemanha, na University of Fine Arts of Hamburg (2007) e em Portugal, na Universidade Nova de Lisboa (2015). Seu trabalho tem sido exposto em diversos museus e centros culturais do Chile e Uruguai. Em Montevideú, foi professora de Fotografia e Arte Contemporânea na Universidad Católica del Uruguay e de Comunicação Visual na Universidad de la República.